

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IJUÍ

AUTOR PRINCIPAL: Indaia Dias Lopes

COAUTORES: Dedilhana Lamare Manjabosco Hübner

ORIENTADOR: Denize Grzybovski

UNIVERSIDADE: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Universidade de Passo Fundo.

INTRODUÇÃO:

O controle social se dá de forma individual ou coletiva pelos membros da sociedade, através de entidades organizadas ou não. No caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o controle social é exercido pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o qual se constitui em um conselho gestor de política pública (ALLEBRANDT, 2016).

A atuação do CAE, seu funcionamento e os desafios enfrentados pelos conselheiros variam de acordo o contexto, espaço social e atores envolvidos direta e indiretamente com este órgão. No presente estudo, o objetivo é compreender como ocorre o controle social do PNAE no município de Ijuí (RS). A realização deste trabalho justifica-se tendo em vista a importância da atuação deste conselho para a efetividade do PNAE.

DESENVOLVIMENTO:

O CAE é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do PNAE, composto de no mínimo sete membros titulares mais suplentes (FNDE, 2016). Este órgão é formado por membros da sociedade com representantes do poder executivo, dos pais de alunos, de professores e segmentos da sociedade civil. Sua criação ocorreu a partir da descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a qual teve início em 1994. A função do CAE é realizar o controle social do PNAE, abarcando o interesse da sociedade, da coletividade e da cidadania.

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, desenvolvida como estudo de caso único e com abordagem qualitativa dos dados. O caso selecionado para o estudo é o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Ijuí, escolhido por estar vinculado ao PNAE, objeto de estudo da autora principal.

Quanto aos procedimentos de coleta dos dados, foram coletados dados primários e secundários. As fontes secundárias dos dados foram em livros e artigos. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas, realizadas no segundo semestre de 2016, as quais foram orientadas por um roteiro, sendo os sujeitos informantes selecionados entre os integrantes do CAE de Ijuí: a presidente em exercício, a representante da secretaria de educação municipal e o representante de pais de alunos das escolas municipais.

Em Ijuí, o CAE realiza reuniões mensalmente nas quais são discutidos assuntos definidos *a priori* e problemas que emergem do encontro dos membros, sendo estas reuniões abertas e públicas, realizadas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação. As reuniões extraordinárias ocorrem conforme a necessidade. Segundo Kronemberger, Medeiros e Dias (2016), a participação nos conselhos deve ser aberta e todo cidadão pode se fazer presente e participar das reuniões, realizando o acompanhamento e a fiscalização das ações do poder público. Nas reuniões do CAE de Ijuí todos os membros possuem direito à fala e as decisões são tomadas em consenso com a maioria presente, dependendo do quórum mínimo para que possam ser incorporadas ao regimento interno do mesmo.

O conselho acompanha os cardápios elaborados pelas nutricionistas para as escolas e realiza visitas: a) aos produtores que fornecem os alimentos verificando como os mesmos estão sendo produzidos; b) ao local de armazenamento dos alimentos antes de serem distribuídos; c) nas escolas, verificando as condições de preparação da alimentação. No ano de 2015 o CAE visitou 22 das 26 escolas que o município de Ijuí possui.

O secretário de educação municipal é bastante participativo e atua em prol de melhorias para a operacionalização do PNAE no município. A relação entre o conselho e o poder executivo local é de reciprocidade e existe interação e dialogicidade entre os atores dos diferentes órgãos, sendo realizadas reuniões para discutir os problemas existentes, procurando alternativas para superar os desafios enfrentados e para auxiliar na atuação do CAE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em Ijuí, o CAE é atuante, efetivo e tem contribuição significativa para que o PNAE, enquanto política pública de alimentação escolar, tenha efetividade municipal, contribua para o desenvolvimento dos alunos e para que os agricultores familiares locais tenham acesso a este mercado institucional que o programa proporciona.

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO
REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



REFERÊNCIAS:

ALLEBRANDT, S. L. Os conselheiros municipais. In: TENÓRIO, F. G.; KRONENBERGER, T. S. (orgs.). **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 207-230.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE. **Sobre o PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KRONENBERGER, T. S.; MEDEIROS, A. C.; DIAS, A. F. Conselhos Municipais: institucionalização e funcionamento. In: TENÓRIO, F. G.; KRONENBERGER, T. S. (Orgs.). **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 151-182.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa):

ANEXOS: